



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Marcelo Álvaro, informações e um posicionamento do governo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Marcelo Álvaro, informações e um posicionamento do governo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Nesses termos, requisitam-se:

1. relato, consideradas as seguidas reestruturações promovidas pelo governo, sobre os órgãos, entidades, conselhos e comitês da estrutura administrativa da cultura, suas competências e a quais entes de nível ministerial se vinculam, em especial, sobre o Comitê Gestor do FSA;

2. relato das providências adotadas pelo Ministério do Turismo e por suas instituições vinculadas, notadamente a Ancine, para a edição de novo ato normativo de nomeação de novos integrantes do Comitê Gestor do FSA e indicação clara de em qual órgão ou para qual a autoridade que as eventuais providências



tomadas pelo Ministério e pela Ancine foram enviadas e qual a alegação ou providência que o órgão ou autoridade apresenta em relação a esta questão;

3. em relação à diligência do TCU relativa ao FSA e à nota pública divulgada pela Ancine, relato pormenorizado do que aconteceu com os recursos do FSA para 2018, quais autoridades, colegiados e servidores participaram da autorização da utilização de “ *rendimentos ou remuneração das disponibilidades* ” relativos aos recursos do FSA de 2018, inclusive indicando quais dispositivos da LOA 2018 e da EC 95/2016 autorizaram tal utilização, e ainda a remessa de cópia dos pareceres, notas técnicas e demais manifestações das áreas técnicas a respeito dessa utilização, bem como as providências que estão sendo adotadas relativas à liberação de recursos do FSA relativos ao exercício 2018, cancelamentos de editais, responsabilização dos agentes que deram causa à situação e outras medidas relacionadas ao encaminhamento de solução para o ocorrido com o FSA no exercício 2018;

4. indicação, pelo Ministério, do volume de recursos alocados no FSA em 2018, 2019 e 2020, bem como o montante já liberado para cada um desses exercícios, medidas adotadas pelo Ministério e estimativas de tempo para a liberação de recursos do FSA relativos aos três exercícios mencionados, discriminando, para cada exercício, as etapas administrativas necessárias para a liberação dos recursos e o estágio em que se encontram;

5. listagem das medidas propostas pelo Ministério e pela Ancine para sanar o fluxo de liberação de recursos do FSA pela Ancine, para projetos audiovisuais;

6. descrição das medidas propostas pelo Ministério para evitar o iminente colapso da indústria audiovisual brasileira, discriminando aquelas que forem para fazer frente à calamidade pública provocada pela pandemia de Covid-19

e aquelas que forem relacionadas ao funcionamento normal das instituições que gerem as políticas públicas para o setor audiovisual em nível federal.

JUSTIFICAÇÃO

O biênio 2019-2020 tem se caracterizado pelo desmonte sistemático das estruturas essenciais para as políticas públicas culturais no Brasil.

A extinção do Ministério da Cultura, com seu rebaixamento para o nível de Secretaria Especial, e as frequentes substituições das lideranças à frente da Pasta refletem uma agenda de esvaziamento e desvalorização.

A Secretaria Especial da Cultura passou por sucessivas mudanças em sua estrutura organizacional. Nesse ínterim, perdeu força e competências, como a ida do Conselho Superior do Cinema para a Casa Civil.

A última mudança concretizou-se por meio do Decreto nº 10.359, de 20 de maio 2020, que transfere a Secretaria para o Ministério do Turismo.

As reiteradas reestruturações administrativas geraram consequências prejudiciais.

Uma delas consiste na falta de clareza da estrutura organizacional dos órgãos e entidades da cultura. No site oficial do FSA, por exemplo, ainda consta que a presidência do Conselho compete ao Ministro de Estado da Cidadania.

O Regimento Interno do Comitê Gestor do FSA, outro exemplo, ainda faz referência a um então Ministro da Cultura, cargo que foi extinto.

O segundo tema deste requerimento consiste no represamento do financiamento ao audiovisual brasileiro.

De acordo com informações da imprensa, o governo tem represado recursos para projetos do audiovisual referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020. Em

relação ao exercício 2018, a Ancine divulgou Nota Pública acerca de problemas relativos a um déficit financeiro do FSA cujas causas e consequências ainda não foram devidamente esclarecidas.

Há notícias, inclusive, projetos já aprovados cujos responsáveis aguardam pela liberação dos recursos para execução, ou que inclusive já ingressaram no judiciário para obter tal liberação. A demora na liberação pode ensejar a não concretização dos projetos e contribuir para o iminente colapso da indústria audiovisual brasileira.

O presente requerimento, portanto, busca obter informações e um posicionamento do governo sobre a estrutura administrativa relativa à cultura e sobre a execução orçamentária dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2020.

Senador Humberto Costa
(PT - PE)

